

## Movimentos colectivos na era da globalização

*Marinús Pires de Lima<sup>1</sup> Cristina Nunes<sup>2</sup>*

A recente construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais (União Europeia, Área de Comércio Livre entre as Américas) e mundiais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G8), despertaram a introdução de novas discussões teóricas no âmbito dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

Actualmente, está-se a constituir uma rede de pesquisa internacional, entre vários países da Europa (Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal). A sua finalidade é analisar, no campo das ciências sociais e particularmente da sociologia, os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as mais diversas associações da sociedade civil que têm participado activamente nos processos de formação dos protestos colectivos de rua (desde Seattle até à manifestação pacifista global contra a guerra no Iraque) e de criação dos fóruns sociais alternativos (mundiais, regionais e nacionais).

O projecto “Movimentos Colectivos Face à Globalização”, a decorrer no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, integra-se nesta parceria de investigação e inclui o Brasil (país anfitrião dos Fóruns Sociais Mundiais).

A novidade e a contemporaneidade da temática, aliadas ao facto de as investigações se encontrarem, presentemente, numa fase inicial dificultam a disponibilidade de novas conceptualizações teóricas. Contudo, existem 2 tradições sociológicas (a norte-americana e a europeia), que poderão ser relacionadas com o estudo das novas formas de acção colectiva no actual contexto de globalização.

A teoria da Mobilização de Recursos (Oberschall; Tilly, entre outros), emergente nas décadas de 60/70 nos EUA, analisa os movimentos sociais como grupos de pressão organizados, excluídos dos processos de tomada de decisão políticos, que accionando estratégica e racionalmente determinados recursos – financeiros, técnicos e humanos –, aspiram a aceder aos órgãos de poder político com o objectivo de satisfazerem os seus interesses particulares.

Na Europa, o estudo dos movimentos sociais ficou, nas últimas décadas, fortemente marcado pela sociologia da acção desenvolvida por Alain Touraine e pelos seus colaboradores (Michel Wieviorka e François Dubet). Na perspectiva accionalista, o conceito de movimento social não pode ser confundido com um simples protesto popular ou com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento social constituído se se conjugarem 3 princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I); esta identidade construída opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O) e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T).

No processo de pesquisa iniciado no ICS, a problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e no percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas (inquérito por questionário aplicado aos actores individuais e colectivos do Fórum Social Português) e qualitativas

<sup>1</sup> Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Professor do ISCTE

<sup>2</sup> Assistente de Investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

(entrevistas realizadas aos interlocutores privilegiados portugueses presentes no FSM, análise a artigos da imprensa nacional e estrangeira e a documentos de suporte electrónico).

### **De Chiapas a Porto Alegre: A emergência de novas formas de acção colectiva**

A manifestação de Seattle (1999) contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), representa o marco mediático da (curta) história dos movimentos na globalização, mas a sua génese remonta ao ano de 1996 quando em Chiapas, no México, sob a égide do movimento zapatista se realizou o “primeiro encontro para a humanidade e contra o neoliberalismo”, que reuniu mais de 3000 representantes de movimentos sociais. Aqui, foi aprovada a “Segunda declaração pela humanidade e contra o neoliberalismo”, onde se reforçou a importância das novas tecnologias de informação na resistência contra a globalização neoliberal.

O movimento zapatista é um símbolo e uma referência importante para a compreensão das lutas na globalização. Apesar de transportar uma resistência e um desejo de emancipação locais, porque reivindica a concessão de direitos iguais para os povos indígenas e a sua integração na sociedade mexicana, a sua mensagem é global, ou seja, dirige-se não só aos indígenas, mas a todos os indivíduos que no mundo estão oprimidos social e culturalmente pelos processos de globalização hegemónicos. Por outro lado, o movimento zapatista, ao utilizar as redes comunicacionais da Internet para espalhar as suas palavras de ordem, conseguiu romper as fronteiras nacionais e projectar-se mundialmente. Uma luta local tornou-se rapidamente uma luta global – pelo mundo inteiro eclodiram sentimentos de solidariedade e surgiram grupos de apoio à causa zapatista.

Posteriormente, em 1998, um conjunto de organizações manifestou-se contra o Acordo Multilateral sobre os Investimentos (AMI), proposto no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). A interacção entre as redes de ONGs que se mobilizaram contra o AMI mantém-se e alarga-se a outras até *Seattle*.

No protesto de *Seattle* (Novembro/Dezembro 1999), cerca de 50 mil manifestantes, sob o estandarte de que “o mundo não é uma mercadoria”, bloquearam o centro de reuniões onde se iria realizar a cimeira da OMC. Estabeleceu-se o caos na cidade de *Seattle*, a polícia actuou violentamente sobre os manifestantes e 500 pessoas foram presas. Apesar da presença de grupos reactivos entre os manifestantes, como os *Black Block*, que afirmam o princípio da violência como forma de resistência contra o funcionamento do “sistema”, muitos dos cidadãos que se manifestavam pacificamente foram detidos.

Devido à grande difusão do acontecimento pelos meios de comunicação, os actores envolvidos proclamaram o fracasso da cimeira da OMC. Mas o insucesso da ronda do milénio deveu-se sobretudo à existência de orientações e posições políticas antagónicas entre os EUA e a UE e entre estes e os países do hemisfério Sul.

Após *Seattle*, com a finalidade de prepararem as manifestações seguintes, as ligações entre as redes de movimentos tornaram-se cada vez mais activas e permanentes. Sucederam-se dezenas de protestos contra as reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), dos chefes de Estado dos países mais ricos (G8), das Cimeiras da União Europeia (UE) e das Nações Unidas (ONU).

No entanto, apesar da importância das sucessivas acções de rua contra os poderes económicos e políticos supranacionais, não existia um espaço internacional de encontro permanente da sociedade civil e daqueles que procuravam um mundo mais justo e igualitário.

Estes e as suas preocupações sociais, ambientais e culturais estavam peremptoriamente excluídos das grandes cimeiras mundiais dos chefes de Estado ou do grande capital financeiro.

Em Janeiro de 2001, com a realização do 1º FSM<sup>3</sup> (por contraposição ao Fórum Económico Mundial de Davos [FEM]), às acções de contestação colectivas, uniram-se os espaços de debate e reflexão alternativos. Sob o lema de “Um Outro Mundo é Possível”, milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, políticos e cidadãos anónimos dos quatro cantos do mundo reuniram-se pela primeira vez em Porto Alegre - a Capital do Estado do Rio Grande do Sul no Brasil<sup>4</sup> – para discutirem criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrarem propostas alternativas que promovam uma globalização ética e solidária.

O FSM é o expoente máximo do encontro mundial da diversidade social e cultural. O facto de este espaço se assumir como um campo de (inter) acção abrangente e diversificado, onde não se adoptam posições e documentos vinculativos a todos os participantes, e como um processo descentralizado onde se integram outros locais de dinamização da acção colectiva (manifestações, fóruns nacionais e regionais) permite a confluência de movimentos sociais com características e objectivos distintos - indígenas, ecologistas, feministas, homossexuais, camponeses, agricultores, sindicalistas, representantes de comunidades religiosas, organizações de desenvolvimento humanitário, movimentos políticos, jovens, intelectuais e trabalhadores.

Portanto, o FSM é um local onde os movimentos sociais e as ONGs podem simultaneamente dar a conhecer as suas lutas nacionais e regionais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Existem propostas que têm sido amplamente mediatizadas e difundidas como a taxa Tobin (defendida pela ATTAC), a anulação da dívida externa dos países mais pobres, a democratização das instituições financeiras mundiais ou a sua substituição por outras instâncias, a introdução de direitos laborais e sociais (*core labour standards*) nos países mais pobres, entre outras. No entanto, a concepção de vínculos formais ou informais em torno e pela defesa destas causas, nunca será da responsabilidade do FSM, mas apenas das suas entidades promotoras. Se o FSM avançasse com propostas alternativas globais violaria um dos seus princípios constitutivos: dar voz à pluralidade e à diversidade social e cultural.

Depois da 1ª edição do FSM, a manifestação de Génova (Julho de 2001) em Itália marcou novamente a cronologia dos movimentos da globalização. Antes dos trágicos atentados do 11 de

---

<sup>3</sup> Apesar de o FSM ser um espaço aberto a toda a sociedade civil, tem necessariamente de existir um conjunto de entidades que, para a sua realização ser possível anualmente, o organiza e promove. Existe um Comité Organizador Brasileiro e um Comité Organizador Internacional. O Comité Brasileiro é constituído pelas seguintes entidades: ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; ATTAC-BRASIL – Associação pela Taxação das Transacções Financeiras de Ajuda aos Cidadãos; CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB; CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; CUT – Central Única dos Trabalhadores; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas; Rede de Justiça Social e Direitos Humanos; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Comité Internacional reúne cerca de 112 organizações, entre elas estão representadas ONGs, movimentos sociais e sindicatos, e foi criado com o objectivo de, por um lado, contribuir para a mundialização do FSM, divulgando-o e articulando-o com os fóruns regionais e nacionais e, por outro, assegurar as edições futuras do FSM noutros continentes.

Instituições e organizações parceiras do FSM: Droits et Démocratie; Fundação Ford; Fundação H.Boll; ICCO; Le Monde Diplomatique; Oxfam; Rits – Rede de Informações para o Terceiro Sector.

<sup>4</sup> Dois dos motivos que conduziram à escolha do Brasil como país anfitrião do Fórum foram: 1. O facto de ser um país semiperiférico onde a forte dinâmica de intervenção dos movimentos sociais e políticos propiciaria, desde logo, o seu apoio incondicional a esta iniciativa. 2. O outro foi, sem dúvida, a possibilidade da sociedade civil latino-americana poder envolver-se e participar activamente na construção deste processo. Provavelmente, se a realização do FSM fosse agendada num outro país, muitas das organizações, por falta de recursos económicos, não poderiam estar presentes.

Setembro, este foi o último grande protesto que terminou violentamente com a morte do jovem Carlo Giuliani.

Com o despontar da aliança mundial contra o terrorismo, a continuação de episódios violentos no seio das manifestações poderia descredibilizá-las mais do que no passado. A partir daqui, tornou-se essencial demover a imagem de violência das acções de rua.

No mês em que se deram os ataques terroristas ao World Trade Center, estavam agendados protestos contra as reuniões mundiais do FMI e BM, mas devido ao seu cancelamento, os movimentos sociais optaram por organizar em vários países europeus e nos EUA manifestações pacíficas contra a então possível guerra no Afeganistão. Nesta conjuntura mundial periclitante, realiza-se o 2º FSM. No pós 11 de Setembro, este foi o primeiro encontro das redes da globalização, onde os movimentos sociais passaram também a ter um novo desafio: posicionarem-se criticamente face a esta nova ou velha problemática da guerra, assumindo uma vertente pacifista e contra a hegemonia político-militar assumida pelos EUA.

Nas duas primeiras edições (2001 e 2002), o FSM conseguiu afirmar-se como o opositor legítimo do FEM. Em 2003, com a presença do recém-eleito presidente do Brasil (Luís Ignácio “Lula” da Silva) e com a sua transmissão da mensagem de Porto Alegre a Davos – por uma globalização solidária e pela paz no mundo – o FSM adquiriu ainda uma maior projecção mediática internacional. Por outro lado, apesar de os diferentes significados políticos, sociais e culturais que envolvem as acções dos movimentos sociais presentes em Porto Alegre, este ano a chamada sociedade civil não-governamental uniu-se em torno de um objectivo comum: protestar pacificamente contra a emergência de uma intervenção militar anglo-americana no Iraque e alertar a opinião pública mundial para as consequências dramáticas e devastadoras desta guerra.

Com o propósito de descentralizar e de mundializar o FSM, em 2004 este realizou-se na Índia. Esta deslocação para o continente asiático tem a finalidade de integrar neste processo as organizações que devido à falta de recursos económicos se têm visto impossibilitadas de viajar até ao Brasil.

### **O Fórum Social Português: Um novo espaço de dinamização da acção colectiva?**

Numa época em que os processos de globalização são complexos e multifacetados, mas assumem consequências locais e regionais específicas, não faz sentido apelar à mobilização global dos cidadãos se não se construírem espaços nacionais de incentivo à participação política e cívica.

Inspirados no modelo do FSM, têm emergido, pelo mundo inteiro, os fóruns regionais (como o Fórum Social Europeu de Florença) e nacionais, não só com o intuito de dar continuidade ao processo iniciado em Porto Alegre, mas também de glocalizar os protestos contra o neoliberalismo e de procurar construir uma “altermundialização”.

Na sociedade portuguesa, os movimentos sociais, as ONGs e os sindicatos, empenhados em desenvolver uma dinâmica de acção e reflexão conjunta, organizaram o 1º Fórum Social Português (FSP), que se realizou em Junho de 2003.

O processo de preparação do FSP, um espaço de encontro e de debate alternativo dos movimentos sociais que procuram integrar as formas de acção colectiva nacionais no contexto das lutas alterglobalização que têm percorrido o mundo, iniciou-se em Maio de 2002. Depois desta primeira reunião, aberta a todos os cidadãos que procuram a construção de um mundo mais justo e solidário, foram-se sucedendo vários encontros, em diferentes regiões do país, com o intuito de alargar a participação e de integrar na rede de mobilização colectiva o maior número possível de associações e movimentos sociais, que actuam e intervêm em diferentes áreas da vida social. Em Setembro de 2002, num plenário realizado em Coimbra, foi agendada oficialmente a data de realização do FSP. Com base na carta de princípios do FSM (que estabelece um conjunto mínimo de regras que deverão ser respeitadas por todos os participantes), foi redigida a Declaração de Coimbra<sup>5</sup>, assinada por 83 organizações, onde ficou reconhecido que o FSP se constituía como “um movimento de movimentos que se reconhece no espírito do Fórum Social Mundial e dos Encontros Continentais que, por todo o

<sup>5</sup> A declaração de Coimbra pode ser consultada no sítio [www.forumsocialportugues.org.pt](http://www.forumsocialportugues.org.pt)

planeta, proclamam que um outro Mundo mais Pacífico, Justo, Solidário e Sustentável é não apenas necessário, mas possível”. Neste documento foi ainda salientado o facto de o FSP não ter a pretensão de “representar o conjunto da sociedade portuguesa”, mas tão-somente de possuir o desiderato de incentivar e “amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social e a injustiça”.

Para complementar esta estrutura organizativa “face-a-face”, onde se iniciou o processo de interacção e conhecimento reais entre os movimentos sociais, os actores sociais e políticos, que prepararam o FSP, desenvolveram um outro tipo de estrutura, que podemos apelidar de virtual, onde as novas tecnologias de informação, e em particular a Internet, desempenharam um papel fundamental. Através da utilização constante do e-mail e da constituição de um grupo de discussão virtual, os actores comunicaram entre si, discutiram os seus pontos de vista, trocaram informações, divulgaram e apelaram à participação quer nas mobilizações colectivas contra a guerra no Iraque<sup>6</sup>, quer no Fórum Social Português.

A partir destes dois tipos de estruturas (face-a-face e virtual), que norteiam actualmente os mecanismos de preparação não só dos protestos colectivos de rua alterglobalização, mas também os Fóruns Sociais Alternativos, desenvolveu-se o modelo de concepção organizativa do FSP. Seguindo e adaptando à realidade portuguesa o modelo de funcionamento do Fórum Social Mundial, constituiu-se um programa dividido em três campos de discussão (conferências, mesas de diálogo e controvérsias e oficinas<sup>7</sup>) que corporizaram três eixos temáticos: democracia, cidadania, direitos e serviços públicos; trabalho, economia, globalização e desenvolvimento sustentável; a defesa e a promoção da paz, da solidariedade e da luta contra a guerra.

Apesar da existência de um esforço colectivo conjunto para pôr em marcha um evento desta natureza e nunca antes realizado em Portugal, a ausência permanente dos cidadãos portugueses no envolvimento e participação nos assuntos da esfera pública, as fragilidades estruturais dos movimentos sociais portugueses e a tentativa de instrumentalização por parte dos partidos políticos, reflectiram-se tanto nas formas de organização que antecederam o FSP como no próprio momento da sua realização. As dissensões e divergências quanto à participação dos partidos políticos foram um tema constante e controverso ao longo de todo o processo e atravessaram, muitas vezes, os debates no FSP, mesmo quando estes não estavam destinados a discutir esta temática. A própria organização da manifestação – outro Portugal é possível – que simbolizou o encerramento do 1º FSP, foi alvo de divergências entre diversas organizações.

Tendo em conta todos estes aspectos que marcaram o 1º FSP, que balanço podemos fazer? Ora, sem dúvida que o FSP se constituiu como um evento importante, dado que foi a primeira vez que os movimentos sociais nacionais se juntaram para debater os problemas que afectam, no actual contexto de globalização neoliberal, não só a sociedade portuguesa, mas também o mundo em geral. No entanto, o baixo nível de participação dos cidadãos, a homogeneidade nos níveis social e cultural (com um público maioritariamente constituído por jovens urbanos e com formação superior) e as ligações partidárias de muitas associações marcaram negativamente os quatro dias de realização do FSP. Depois de um processo de convivência difícil e conturbada entre os movimentos sociais, avizinha-se, no próximo ano (2005), ainda sem data determinada, a 2ª edição do FSP<sup>8</sup>.

## Nota Final

---

<sup>6</sup> À semelhança do que ocorreu em vários países, as intervenções dos movimentos sociais portugueses centralizaram-se em torno do tema da guerra. A manifestação pela paz e contra a guerra (Fevereiro de 2003), agendada pelo Fórum Social Europeu, em Portugal foi convocada pelos actores envolvidos no processo de formação do FSP, que se dedicaram a mobilizar todas as entidades não governamentais com responsabilidades na esfera pública e social.

<sup>7</sup> A selecção dos conferencistas foi da responsabilidade dos organizadores do FSP. A organização das mesas de diálogo e controvérsia são organizadas pelos próprios proponentes.

<sup>8</sup> Devido à pequena dimensão dos movimentos sociais portugueses, as organizações envolvidas na construção do FSP decidiram que não se justificava a realização de uma edição anual.

Conclui-se assim que um estudo sociológico internacional se impõe, para compreender os significados dos novos modos mundiais de dominação e dos movimentos colectivos na globalização. Estes últimos têm contribuído para as discussões sobre a segurança colectiva e a sociedade civil global.

No 3º FSM, participámos num painel sobre este tema, com o envolvimento de representantes de centros de pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil e no mundo. Concluimos que é indispensável clarificar e aprofundar as discussões e as propostas de alternativas à globalização neoliberal, lutar pela superação da exclusão social e das desigualdades e respeitar as diferenças. É um caminho que é difícil. Mas o paradigma da globalização solidária vai progredindo, num processo que ficou sinteticamente exposto neste texto.

## Bibliografia

- Cattani, António David (org.), (2001), *Fórum Social Mundial – A Construção de um Mundo Melhor*, Porto Alegre, Vozes.
- Farro, Antimo (2002), “Globalisation Movements in Europe”, *XIV Congresso Mundial de Sociologia*, Brisbane.
- Gohn, Maria da Glória (2003), “O Movimento Social Antiglobalização: De Seattle à Génova”
- Hassoun, Martine (2001), Porto Alegre: voyage en alternative, France, Éditions Syllepse.
- McDonald, Kevin (2002), “From Solidarity to Fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisations conflicts”, *XIV Congresso Mundial de Sociologia*, Brisbane.
- Wieviorka, Michel (2001), “Les Mouvements anti-mondialisation”, *Colóquio: Novas Formas de Mobilização Popular*, ISCTE, Lisboa.

## 1. Breve Cronologia dos Movimentos Alterglobalização

**Chiapas (Julho/Agosto 1996):** 3000 mil pessoas participam no “1º Encontro Intergaláctico pela humanidade e contra o neoliberalismo”.

**Seattle (Novembro 1999):** 50 mil manifestantes contra a cimeira da OMC. Devido à exposição mediática do evento, Seattle é considerado o marco cronológico dos protestos da globalização.

**Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2001):** Por oposição ao Fórum Económico Mundial de Davos, realiza-se, na mesma data, o FSM onde se reúnem 20 mil pessoas de 117 países para discutirem propostas alternativas à globalização hegemónica e neoliberal.

**Génova (Julho 2001):** 150 mil manifestantes nas ruas de Génova contra a reunião dos G8. A cidade italiana transformou-se num violento campo de batalha do qual resultou um morto e vários feridos.

**Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2002):** A 2ª edição do FSM recebe 51 mil participantes de 131 países. O aumento exponencial no número de participantes é aclamado como um verdadeiro sucesso.

**Florença (Novembro 2002):** No 1º Fórum Social Europeu discutem-se os problemas da Europa. O FSE terminou com uma longa marcha pela paz e contra a guerra, na qual participaram, segundo a organização, 1 milhão de pessoas.

**Manifestação Global pela Paz (Fevereiro 2003):** Em várias cidades do mundo, milhões de pessoas protestam pacificamente contra a anunciada guerra no Iraque. Em Lisboa, estima-se a presença de 80 mil pessoas.

**Lisboa (Junho 2003):** Realizou-se o Fórum Social Português. Pela primeira vez, os movimentos sociais reuniram-se para reflectir sobre os processos de globalização neoliberal no contexto da sociedade portuguesa.

**Paris (Novembro 2003):** Na 2ª edição do FSE, 50.000 participantes debatem a construção de uma outra Europa. Foram discutidos, entre outros, os temas da imigração, da constituição europeia e do comércio internacional.

**Bombaim (Janeiro 2004):** Este ano, o FSM deslocou-se até à Índia. Num país de dimensões continentais, marcado pela ausência de reconhecimento da igualdade de direitos dos dalits (casta considerada socialmente inferior na sociedade indiana e alvo de forte discriminação), movimentos sociais de diferentes regiões do mundo dão continuidade aos debates e reflexões iniciados em Porto Alegre por “uma globalização alternativa.

## 2. Os números da participação no FSM<sup>9</sup>:

	2001	2002	2003	2004
<b>Países presentes</b>	117	131	156	117
<b>Países representados por organizações</b>	n.d <sup>10</sup>	87	n.d	n.d
<b>Organizações inscritas</b>	n.d	4.909 2.386 nacionais/ 2.523 internac.	5.171	1.653
<b>Delegados</b>	4.079 2.570 nacionais/ 1.509 internac.	12.474	20.763	75.000
<b>Participantes credenciados</b>	20.000	51.000	100.000	74.126
<b>Participantes (por sexo-em %)</b>	n.d	M-57/F-43	n.d	n.d
<b>Ouvintes credenciados</b>	n.d	35.000	n.d	n.d
<b>Participantes no Acampamento da juventude</b>	2.000	15.000	25.000	
<b>Participantes no Acampamento das nações indígenas</b>	700	n.d	n.d	n.d
<b>Jornalistas credenciados</b>	1.870 1.484 nacionais/ 386 internac.	3.356 1.866 nacionais/ 1.490 internac.	4.094 2.131 nacionais/ 1.963 internac.	n.d

<sup>9</sup> O sítio oficial do FSM ([www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)) publicou os dados referentes aos FSMs de 2002, 2003 e 2004. Por isso, os dados relativos ao FSM de 2001, elaborados pela Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS), foram extraídos do livro “Fórum Social Mundial – A construção de um mundo melhor” organizado por António David Cattani, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>10</sup> não-disponível